

A LÓGICA DA ACÇÃO EM ARISTÓTELES: INCURSÕES E APORIAS EM TORNO DO SILOGISMO PRÁTICO

Seminário de Doutoramento em Filosofia – IFP / Universidade da Beira Interior
– Covilhã, 13 e 20 Novembro 2014

DESAFIO TEÓRICO

A racionalidade “da” acção na filosofia prática de Aristóteles

Falar racionalmente sobre a acção [“dizer o que se faz” / “fazer o que se diz” = coerência, justificação] // captar a racionalidade discursiva da acção [“atestar-se no que a acção diz”] ?

DESMONTAGEM CLICHÊS ÉTICA ARISTOTÉLICA

- Moral teleológica [finalismo]
- Fim > bem > felicidade = prazer interior [hedonismo]
- Virtude como investimento individual > comportamento [behaviorismo]
- Juízo moral > x é virtuoso // y é bom // z é perfeito [perfeccionismo]
- PRESSUPOSTO METAFÍSICO > virtude fim em si mesma...

INCURSÕES TEXTUAIS

EN, I, 1-4, 1094a 1 – 1095a 20

EN, I, 7, 1097a 26 – 1098a 18

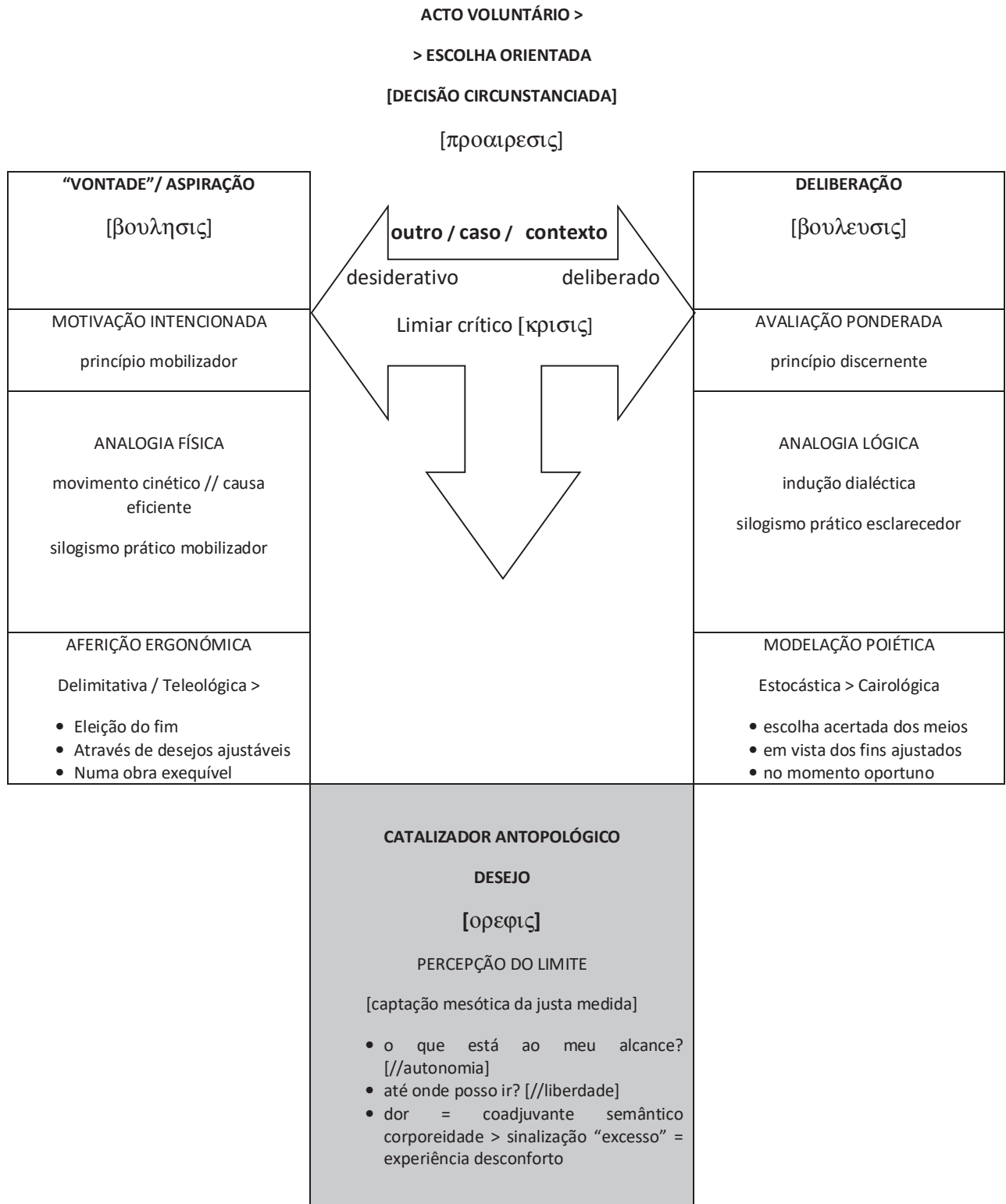
EN, II, 1-2, 1103a 14 – b 35

TRANSCURSÕES ESQUEMÁTICAS

ESQUEMA 1: PROTOGÉNESE DA VIRTUDE

VIRTUDE [αρετη]	
Aprender fazendo [ποιουν μαθανειν]	Fazer aprendendo [μαθον ποιειν]
Habituação [εθισμος] Repetição [πολλακις]	Aprendizagem [διδασκαλια] Tempo e experiência [εμπειρια και χρονος]
HÁBITO [εθος]	>> aperfeiçoamento >> [τελειουμενος]
CARÁCTER [ηθος]	
DISPOSIÇÃO ESTÁVEL [εξις]	
ética [ηθικη]	dianoética [διανοητικη]
MEDIAÇÃO [μεσοτης] >> prudência [φρονησις]	
organológica = instrumental > visar a medida [μετρον]	ergonómica = poiética > estar no meio [μεσον]
Justa medida [μετριοτης] agir “dentro dos limites” evitar o excesso	Deliberação [βουλευσις] “decidir” em vista das circunstâncias modelar a forma dos princípios na matéria dos casos

ESQUEMA 2: LOSANGO CRÍTICO DO ACTO DECISIONÁRIO



EXCURSÃO TEÓRICA

- Teleologia imanente acção
 - 1) externa [causa final / bem]
 - 2) interna [hábito-éthos tendencialmente adquirido / carácter-éthos disposicionalmente apropriado]
 - 3) arquitectónica [felicidade individual virtuoso / bem-estar relacional decisionário] >> teleologia “ergonómica” perfeccionismo (agir em vista de um “estatuto” / “papel” / “posição” = agir bem para ser virtuoso = juízo moral de essência) // perfectibilismo (fazer-se como “obra” = tornar-se virtuoso para decidir bem = discursividade ética da acção)
- Tripolaridade do acto voluntário: desejo – deliberação – escolha ponderada
 - aperfeiçoamento da virtude [arete] em disposição ética se explicita voluntariamente no acto decisionário de deliberação [βούλευσις] em vista de uma escolha ponderada [προαίρεσις]
 - agente > senhor [κύριος] // progenitor [τεκνοποιητής] // artífice [δημιουργός] >> actos // consequências
 - razão [λόγος] subjaz à rectitude [ὀρθότης] da acção virtuosa
 - a virtude cuja aquisição resultou da indução de um hábito [ἔθος] por treino e repetição apenas se encontra virtualmente disponível como capacidade potencial [δύναμις], mas não ainda virtuosamente efectivada como faculdade activa [ἐνέργεια], o que só acontece quando, de facto, for convertida em disposição [ἔξις] por um agente cujo carácter [ἦθος] se

determina voluntariamente como acto aperfeiçoado [ἐντελέχεια] no horizonte decisionário de uma escolha orientada [προαίρεσις]

- A capacidade electiva (airesis)

- o modo como se escolhe constitui, na sua discursividade imanente, um texto doador de sentido para a prática das virtudes, isto é uma instância narrativa onde o agente “diz-se de muitos modos” [λέγεται πολλαχῶς] pelo dizer do seu agir >> semântica da acção inscrita na actividade electiva a título testemunhal [μαρτύριον] = instância narrativa atestadora do carácter ético do agente
- uma vez que se podem desejar ou aspirar a fins para os quais não existem meios ou, pelo menos, relativamente aos quais os meios se afiguram inviáveis ou ineficazes, as dimensões desiderativa e aspirativa necessitam de ser complementadas e aperfeiçoadas por uma competência discriminativa cujo exercício consiste precisamente na escolha deliberada dos meios em vista dos fins [προαίρεσις τῶν πρὸς τὸ τέλος]
- a intencionalidade ética da escolha não pode, com efeito, estar sob tutela da ineficácia, pelo que todo o agir em geral, e a acção virtuosa em particular, devem ter em consideração não só os fins imediatos (ou até mesmo os supremos) mas também os meios que os tornam alcançáveis e exequíveis
- a decisão [προαίρεσις] passa pela capacidade discriminante para, de modo voluntário [ἐκῶν] e autónomo [δι' αὐτοῦ], efectuar a escolha [αἴρεσις]
 1. do que é próprio do agente e apropriado por ele e

2. dos meios apropriados aos fins de acordo com uma faculdade electiva que apenas se pode exercer sobre aquilo a) cuja realização nos diz respeito [πρὸς ἡμᾶς] ou depende de nós [ἐφ' ἡμῖν]

3. segundo a orientação racional [ὀρθὸς λόγος] de um acto deliberativo prévio [προβεβουλευμένον]

>> convertendo-se desta feita em decisão intencionada e premeditada

- A competência deliberativa [bouleusis]

- A deliberação [βούλευσις] supõe o concurso de uma faculdade directiva que Aristóteles conota com o intelecto [νοῦς], antecipando de certa forma o papel relevante que haverão de desempenhar as inovadoras noções de compreensão prática [διάνοια πρακτική] e de verdade prática [ἀλήθεια πρακτική]

- A dinâmica racional da deliberação implica

1. coisas que dependem de nós

2. fins que se apresentam exequíveis quanto à sua viabilidade operativa >> escolha consequente dos meios apropriados

3. horizonte contingencial de um domínio indeterminado [hipotético-conjectural-restritivo = probabilístico] onde as coisas ocorrem na maior parte das vezes [ὥς ἐπὶ τὸ πολὺ] de um certo modo, podendo, contudo, ocorrer de modo diferente ou até nem sequer chegar a ocorrer

- A decisão consequente em contexto contingencial
 - Contingência susceptível de decisão no discurso vivo e incarnado do indivíduo dotado de entendimento [νοῦν ἔχων] >> implica faculdade intelectual cujo exercício se desdobra num duplo uso:
 1. plano teórico a) cognitivo (sensação – memória – imaginação – conceptualização) b) científico (abstracção – indução – dedução)
 2. prático > plano em que a “prática da racionalidade” se transforma em “razoabilidade prática” pelo exercício da deliberação
 - enraizado no subsolo de uma racionalidade teórico-prática, o acto decisionário revela
 1. uma capacidade declarativa de tipo proposicional (x é y : “fulano é virtuoso/bom/feliz)
 2. aspecto inovador > competência inquiritiva de tipo inferencial (se X então x: “se decido então faço”)

NÓTULA CONCLUSIVA

Deliberação e inferencialidade prática

➔ O que significa, ao certo, uma *inferência das coisas práticas* [συλλογισμὸς τῶν πρακτῶν: cf. ARIST., EN, VI, 12, 1144a 31-32] – estranha expressão com que Aristóteles brinda o leitor de forma surpreendente no tratado *Ética a Nicómaco*? Tendo em conta todos os dados textualmente disponíveis no que concerne à

reflexão ética de Aristóteles, parece-nos óbvio que a expressão abre espaço à ideia de um nexos consequente cuja racionalidade se encontra prefigurada e plasmada no silogismo demonstrativo. Assim sendo, aquilo que o estagirita designa de forma tão original como verdade prática [ἀλήθεια πρακτική: cf. *Ibid.*, VI, 2, 1139a 26] constitui o nicho ontológico da acção [πρᾶξις] não porque esta necessite do socorro exógeno de um raciocínio lógico que a torne “demonstrável”, mas porque, no horizonte de uma “verdade a fazer-se”, o agente deve assumir em mão a tarefa [ἔργον] de tornar a acção *demonstrativa por si e em si mesma*.

→ Importa, todavia, clarificar desde já que, ao invés do que sucede com o silogismo dito científico, o objectivo da inferência prática não consiste em obter uma conclusão destinada a explicitar uma decorrência de causas, juízos ou definições, mas em alinhar várias premissas de acção cujo desenlace deve, por exigência apodíctica, implicar a sua imediata e necessária execução. Em termos praxiológicos, isto significa que não se pode enunciar a conclusão de um silogismo prático, se tal não implicar simultaneamente uma imediata execução prática do que se encontra enunciado na conclusão.

→ Ora, o estimulante “trocadilho” aristotélico segundo a qual o fim é o princípio (conclusivo) do pensamento, na justa medida em que o fim do pensamento é o princípio (propulsor) da acção [*Idem*, *EE*, II, 11, 1227b 32-33], pode ser esquematicamente transfigurada numa formulação com o seguinte recorte:

- se x faz bem enquanto remédio [a], i.e. cura,
- e y deseja [b] ficar bom [c], i.e. ser curado,
- então y (deve) toma(r) o remédio [e],
- sendo consequente com [a] por causa de [b] em vista de [c]

→ A concatenação das instâncias enunciativas envolvidas revela um *encaminhamento* necessário para uma acção cuja efectivação subentende a antecipação implícita de um silogismo de tipo inferencial no *percurso* do qual se explicita de forma consequente que, se todos os remédios “a” curam “b”, e “c” cura “b”, então “c” é remédio “a” devendo ser consequentemente tomado. Quer dizer, o circuito lógico de uma boa deliberação fica activado apenas e na medida em que o momento desiderativo (desejar a saúde) se interliga racionalmente com o momento performativo (ingerir um alimento com uma determinada característica) na base de um raciocínio cujo recorte inferencial é necessariamente cognitivo (saber o que é adequado para produzir saúde) e imediatamente praticável (agir de forma consequente com base nesse conhecimento para adquirir o estado saudável que se deseja).

→ Percebe-se bem, agora, por que razão Aristóteles introduz na filosofia prática algo aparentemente tão exótico como o modelo inferencial. Ao utilizar a expressão *inferência das coisas práticas* [συλλογισμὸς τῶν πρακτῶν], Aristóteles quer com isso significar que não se trata de um silogismo alternativo ao teórico, mas de um silogismo de “incidência prática” que conserva todas as virtualidades do teórico. Parece legítimo concluir, então, que, de um ponto de vista ético, o homem não se limita apenas a “pensar sobre” aquilo que ele é ou faz, mas que, pelo texto em acção da sua discursividade racional, o homem não só “se dá a fazer no que pensa” em termos teóricos, mas, mais desafiante ainda, também “se dá a pensar no que faz” em termos práticos.

BIBLIOGRAFIA

ALLAN Donald, «The practical syllogism», in AA.VV., *Autour d'Aristote. Recueil d'Études de philosophie ancienne et médiévale offert à Mgr A. Mansion*, Louvain: Publications Universitaires de Louvain, 1955, 325-340

ARISTÓTELES. *Ética a Nicómaco*, ed. bilingue, trad. Dimas de ALMEIDA, introd. Manuel J. CARMO FERREIRA, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2012

ARISTÓTELES. *Ética a Eudemo*, trad., introd. e not. António AMARAL e Artur MORÃO, Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 2019

BERTÓK Rózsa – ÖFFENBERGER Niels, «Observaciones sobre el así llamado silogismo práctico», in *Anuario Filosófico* 32 (1999) 1, 149-155

DONINI Pier Luigi, «Incontinenza e sillogismo pratico nell'Ética Nicomachea», in *Rivista Critica di Storia della Filosofia* (Milano) 32 (1977) 174-194

EVEN-GRANBOULAN Geneviève, «Le syllogisme pratique chez Aristote», in *Études Philosophiques* 1 (1976) 57-78

FOÀ Virginia Guazzioni, «Il sillogismo pratico nell'etica di Aristotele», in *Incontri Culturali* (Roma) 11 (1978) 105-111

GOTTLIEB Paula, «The Practical Syllogism», in KRAUT Richard (ed.), *The Blackwell Guide to Aristotle's Nicomachean Ethics*, Malden (MA): Blackwell Publishing, 2006, 218-233

KENNY Anthony, «The practical syllogism and incontinence», in *Phronesis* 11 (1966) 163-184

MARTIN Rex, «Intuitionism and the practical syllogism in Aristotle's Ethics», in *Apeiron* 11 (1977) 2, 12-19

McKERLIE Dennis, «The practical syllogism and *akrasia*», in *The Canadian Journal of Philosophy* 21 (1991) 3, 299-321

MELE Alfred, «The practical syllogism and deliberation in Aristotle's theory of action», in *New Scholasticism* 55 (1981) 3, 281-316

MODRAK Deborah, «*Aisthesis* in the practical syllogism», in *Philosophical Studies* (Dordrecht) 30 (1976) 379-391

NICOLACI Giuseppe, “Può l’azione concludere un sillogismo? Sulla teoria aristotelica del sillogismo pratico”, in NICOLACI Giuseppe (ed.), *Metafisica e metafora. Interpretazioni aristoteliche*, Palermo: L’Epos, 1999, 93-110

SHINER Roger, «*Aisthesis, nous* and *phronesis* in the practical syllogism», in *Philosophical Studies* (Dordrecht) 36 (1979) 377-387

WELCH John, «Reconstructing Aristotle. The practical syllogism», in *Philosophia* (Isr.) 21 (1991-1992) 1-2, 69-88